



PARECER PRÉVIO Nº 41/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11063/2014.

Aposos: Processo nº 10647/2014 e 10648/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Anamã

4- Exercício: 2013

5- Responsável: Jecimar Pinheiro Matos (Prefeito Municipal)

6- Advogado: Não Possui

7- Unidade Técnica: DICAMI

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4802/2016-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

9- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Anamã. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas anuais do Sr. Jecimar Pinheiro Matos, responsável pela Prefeitura de Anamã no curso do exercício de 2013, nos termos do art. 219, incisos I e II da Resolução nº 04/2002, o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96, bem como o art. 31, §2º da Constituição Federal. Ressaltando que a desaprovação fundamenta-se no disposto no art. 223, §3º, da Resolução nº 04/2002.

11- Ata: 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 27 de Junho de 2017

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Julio Cabral (Presidente, em sessão), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.



PARECER PRÉVIO Nº 41/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida,
Procurador-Geral.

JULIO CABRAL

Conselheiro-Presidente, em sessão

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Auditor-Relator

JULIO CABRAL

Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro

JOSUE CLAUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 41/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 41/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11063/2014.

Apensos: Processo nº 10647/2014 e 10648/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Anamã

4- Exercício: 2013

5- Responsável: Jecimar Pinheiro Matos (Ordenador de Despesa)

6- Unidade Técnica: DICAMI

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4802/2016-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Anamã. Exercício de 2013.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Anamã, exercício de 2013, sob a responsabilidade do Sr. Jecimar Pinheiro Matos, nos termos dos arts. 22, III, “b” e 25, da Lei n. 2.423/96, c/c o art. 188, II e § 1º, III, “b”, da Resolução 04/02-TCE/AM;
- 9.2. Aplicar Multa** ao Sr. Jecimar Pinheiro Matos, responsável pela Prefeitura Municipal de Anamã, exercício de 2013, no valor de **R\$ 13.152,36 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos)**, sendo o valor de **R\$ 1.096,03 por cada mês de atraso uma vez que a impropriedade foi constatada nos 12 (doze) meses do exercício de 2013**, com fulcro no artigo 308, inciso II, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, pela inobservância dos



ACÓRDÃO Nº 41/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 41/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

prazos regulamentares para remessa ao Tribunal, por meio informatizado dos registros analíticos, **nos meses de janeiro a dezembro/2013**. Ressalta-se que tal valor deve ser recolhido na esfera Estadual, para o órgão de Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, dentro do prazo de 30 dias;

- 9.3. Aplicar Multa** ao Sr. Jecimar Pinheiro Matos, responsável pela Prefeitura Municipal de Anamã, exercício de 2013, no **valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, por todas as infrações às normas legais e/ ou regulamentares apontadas no bojo da Proposta de Voto. Ressalta-se que tal valor deve ser recolhido na esfera Estadual, para o órgão de Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, dentro do prazo de 30 dias.

As infrações às normas legais e/ ou regulamentares são as seguintes:

a) **Violação aos artigos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos** no ato da celebração da Carta-Convite n. 034/2013, da Carta-Convite n. 033/2013, da Carta-Convite n. 037/2013, da Carta-Convite n. 038/2013, da Carta-Convite n. 032/2013, da Carta-Convite n. 002/2013 e da Carta-Convite n. 011/2013 (**Art. 6º, IX, “c” e “f” c/c Art. 7º, § 2º, II, da Lei 8.666/93**);

b) **Violação aos artigos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos** no ato da celebração da Carta-Convite n. 034/2013, da Carta-Convite n. 033/2013, da Carta-Convite n. 037/2013, da Carta-Convite n. 038/2013 e da Carta-Convite n. 032/2013 (**Art. 40, § 2º, II e IV da Lei 8.666/93; Art. 58 e art. 67, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993; Art. 73, inciso I, alínea “a” e “b”, da Lei n.º 8.666/1993**);

c) **Violação ao Art. 2, inciso II, alínea i, da Resolução Normativa n.º 27/2012 do TCE/AM**, em vista da inexistência de Registros fotográficos da obra/serviço antes, durante e após a conclusão das obras e/ou serviços no curso da Carta-Convite n. 034/2013, da Carta-Convite n. 033/2013, da Carta-Convite n. 037/2013, da Carta-Convite n. 038/2013 e da Carta-Convite n. 032/2013;

d) **Violação ao art. 1º, 2º e 3º da Lei n. 6.496/1977 c/c os arts. 1º, 2º e 3º da Resolução n.º 425/1998 do CONFEA**, bem como do **art. 9º, da Lei 8.666/1993**, em vista da ausência de ART de responsável técnico pela execução da obra no curso da Carta-Convite n. 034/2013, da Carta-Convite n. 033/2013, da Carta-Convite n. 037/2013, da Carta-Convite n. 038/2013 e da Carta-Convite n. 032/2013;



ACÓRDÃO Nº 41/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 41/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

e) **Violação ao art. 37, IV e XII da Lei 8666/93**, em vista da ausência de Documentos de Propostas de Preços das empresas participantes no curso da Carta-Convite n. 032/2013 e violação ao **Art. 58, III, ao Art. 67 a 70 e ao art.112 da Lei 8.666/93**, em vista da ausência de Portaria designando os responsáveis pela fiscalização do contrato, ou documento equivalente no curso da Carta-Convite n. 032/2013, da Carta-Convite n. 002/2013 e da Carta-Convite n. 011/2013;

f) **Violação aos arts. 62 e 63 da Lei 4320/64, ao art. 55, § 3º e art. 65, II, "c", da Lei 8666/93**, em vista da ausência de comprovantes de todas as despesas da obra/serviço, ou seja, Nota de Empenho/Subempenho e respectivos elementos de comprovação dos efetivos pagamentos correspondentes no curso da Carta-Convite n. 032/2013, da Carta-Convite n. 002/2013 e da Carta-Convite n. 011/2013 e **violação ao art. 65 da Lei 4320/64**, em vista da ausência de Notas Fiscais emitidas pela contratada no curso da Carta-Convite n. 032/2013;

g) **Violação aos ditames da Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei n. 8.666/93**, quando apresentou a Carta-Contrato nº 020/2013 e a Carta-Contrato nº 009/2013 sem identificar nenhum elemento referente ao Ajuste firmado, não apresentou registros fotográficos, notas de empenho (com os registros dos quantitativos e a destinação dos itens adquiridos - requisição de materiais, 2ª via de ficha de controle de saída de almoxarifado, etc) e as notas fiscais;

h) **Violação ao disposto na Resolução n. 15/2013 – TCE/AM** em vista da divergência entre os valores existentes na Prestação de Contas e os lançados no Sistema GEFIS;

i) **Violação ao preceito contido no art. 164, § 3º, da Constituição Federal c/c o art. 156, § 1º, da Constituição do Estado do Amazonas, e, ainda, c/c o art. 43 da Lei n. 101/2000 – LRF**, em vista da permanência de recurso em caixa no final do exercício financeiro;

j) **Violação ao preceito contido no art. 29-A, § 2º, Inciso II, da Constituição Federal**, uma vez que o repasse ao Poder Legislativo ocorreu após a data limite estipulada no sobredito artigo, durante os meses de fevereiro, abril, agosto e outubro, conforme demonstra a Listagem dos Repasses Concedidos ao Poder Legislativo - Exercício Financeiro de 2013;

k) **Violação ao preceito contido no art. 31, art. 70 e art. 74, da Constituição Federal**, uma vez que não observou a adoção das condutas necessárias para a implantação de um Sistema de Controle Interno adequado;



ACÓRDÃO Nº 41/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 41/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

l)**Violação aos artigos 94 a 96, da Lei nº 4.320/64**, uma vez que não foi encontrado nenhum e nem mesmo registro sintético desses;

m)**Violação ao art. 21, da Lei 11.494/07 c/c art. 70, da Lei 9.394/96 e ainda ao parágrafo único do art. 8º, da Lei Complementar 101/00, bem como, pela total afronta ao art. 42, da Lei Complementar n.º 101/2000;**

n)**Violação ao disposto no art. 266 da Constituição Estadual c/c o art. 13, §§ 1º ao 4º, da Lei nº 8.429/92, ao art. 1º, da Lei nº 8.730/93, ao art. 1º, inciso XV da Resolução nº 15/1999 do TCE/AM, bem como ao disposto no art. 289, §1º e §2º, da Resolução nº 04/2002 (TCE-AM)**, uma vez que não houve a apresentação da declaração de bens atualizada nas pastas funcionais do Prefeito e seus Secretários Municipais;

o)**Violação ao artigo 3º, caput, artigo 26, caput e ao art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93**, uma vez que publicação do Extrato na imprensa oficial das Cartas-Contratos de nº 015/2013, 016/2013, 017/2013, 032/2013 e 035/2013, bem como, no âmbito das contratações diretas, não houve a publicação do Extrato na imprensa oficial das Cartas-Contratos de nº 021/2013, 023/2013, 024/2013, 025/2013, 027/2013, 028/2013;

p)**Violação ao art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei n. 8.666/93**, uma vez que não houve justificativas para o preço e para a escolha dos fornecedores no curso das Dispensas de nº 014/2013, 016/2013, 017/2013, 018/2013 e 020/2013;

q)**Violação ao art. 22, § 6º, da Lei n. 8.666/93**, diante da realização de convites as mesmas empresas para a participação dos Convites de nºs 015/2013, 006/2013, 016/2013, 005/2013, 017/2013, 004/2013, 021/2013 e 025/2013, mesmo existindo outras empresas para serem convidadas;

r)**Violação aos dispositivos legais da Lei n. 8.666/93**, em vista da ausência da documentação necessária para comprovar a propriedade dos móveis locados;

s)**Violação ao artigo 23, §5º, da Lei nº 8.666/93**, uma vez que houve o fracionamento de despesas como fuga ao procedimento licitatório adequado;

t)**Violação aos artigos 29, 64, 80, 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964**, em vista do total comprometimento da contabilidade apresentada diante das divergências apuradas entre os Termos de Conferência de Caixa;



ACÓRDÃO Nº 41/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 41/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

u) **Violação às disposições constantes nos art. 48 e o art. 48-A, da Lei de Responsabilidade Fiscal c/c o artigo 8º, da Lei n. 12.527/2011**, diante da inobservância dos aspectos relacionados à transparência na Gestão Fiscal.

- 9.4. Aplicar Multa** ao Sr. Jecimar Pinheiro Matos, responsável pela Prefeitura Municipal de Anamã, exercício de 2013, no **valor de R\$ 4.384,12 (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos)**, com fulcro art. 54, III, da Lei nº 2423/96 c/c o art. 308, V, da Resolução nº 04/2002 (com as alterações realizadas pela Resolução n. 25/2012), pela prática de ato ilegítimo, uma vez que é dever da Prefeitura informar a população, com clareza, transparência e responsabilidade, sobre os gastos com o dinheiro público e o responsável não demonstrou o controle dos veículos, embarcações e motores de luz que foram efetivamente abastecidos, não evidenciando o quantitativo de combustível neles utilizados, nem apontando a data em que foi realizada o abastecimento. Ressalta-se que tal valor deve ser recolhido na esfera Estadual, para o órgão de Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, dentro do prazo de 30 dias;
- 9.5. Considerar em Alcance** o Sr. Jecimar Pinheiro Matos, responsável pela Prefeitura Municipal de Anamã, exercício de 2013, no **montante de R\$ 736.153,30 (setecentos e trinta e seis mil, cento e cinquenta e três reais e trinta centavos)**, nos termos do art. 304 c/c art. 305 da Resolução 4/2002 – TCE/AM. Ressalta-se que tais valores devem ser recolhido na esfera Municipal, para a Prefeitura Municipal de Anamã, dentro do prazo de 30 dias.

O mencionado valor refere-se às seguintes impropriedades:

- a) **R\$ 7.115,62 (sete mil, cento e quinze reais e sessenta e dois centavos)**, em decorrência da ausência de comprovação dos serviços de Forma de Tábua, referente a 191, 28m², no valor unitário de R\$ 37,20, não existindo registros fotográficos como meio probatório para demonstrar a execução do serviço decorrente da Carta-Convite n. 034/2012;
- b) **R\$ 57.363,50 (cinquenta e sete mil, trezentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos)**, em decorrência da ausência de comprovação da execução dos seguintes serviços decorrentes da Carta-Convite nº 033/2013:



ACÓRDÃO Nº 41/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 41/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

ITEM	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
1.1	0303	Barracão da Obra	M²	12,00	359,49	1.827,38
1.2	0301	Aquisição de Placa Pronta e Assentamento	M²	6,00	257,73	1.546,38
2.1	1A0111101	Escavação e Carga de Material de Jazida 1ª CAT	M²	108,00	58,85	6.355,80
2.2	250151000	Compactação de Aterro	M²	108,00	45,14	4.875,12
3.2	40791	Sarjeta	M²	180,00	25,77	4.638,60
4.1	650211000	Regularização e Compactação do Sub- Leito	M²	540,00	61,76	33.350,40
4.2	250221000	Sub Base de Solo com Mistura de Solo/Areia 80%/20%	M²	54,00	12,13	655,02
4.3	0710	Tela Bematel Q 138	M²	540,00	7,62	4.114,80
TOTAL:						57.363,50

Ressaltando a inexistência registros fotográficos como meio probatório para demonstrar a execução dos mesmos;

c) **R\$ 20.112,35 (vinte mil, cento e doze reais e trinta e cinco centavos)**, em decorrência da ausência de comprovação da execução dos seguintes serviços decorrentes da Carta-Convite nº 037/2013;

Reforma do Quiosque

ITEM	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
1.1	40068	Placas de Obras em Lona com Impressão Digital	M²	12,00	257,73	3.092,76
TOTAL:						3.092,76

Reforma de Banheiros Masculino e Feminino

Não identificamos elementos comprobatórios da efetiva realização dos serviços contratados no valor total de **R\$ 13.926,83**.



ACÓRDÃO Nº 41/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 41/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

Reforma de Lanches

ITEM	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
1.1	40068	Placas de Obras em Lona com Impressão Digital	M²	12,00	257,73	3.092,76
TOTAL:						3.092,76

Ressaltando a inexistência registros fotográficos como meio probatório para demonstrar a execução dos mesmos;

d) **R\$ 15.657,25 (quinze mil, seiscientos e cinquenta e sete reais e vinte e cinco centavos)**, em decorrência da ausência de comprovação da execução dos seguintes serviços decorrentes da Carta-Convite nº 038/2013:

Item 1.0 - Serviços Preliminares – R\$ 1.026,30;

Item 4.0 - Aparelhos e Metais – R\$1.021,95;

Item 5.0 - Instalações Elétricas – R\$ 13.609,00.

Ressaltando a inexistência registros fotográficos como meio probatório para demonstrar a execução dos mesmos;

e) **R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais)**, em decorrência da ausência de elementos suficientes para atestar a execução dos serviços decorrentes da Carta-Convite nº 032/2013, uma vez que em função da ausência do Projeto Básico, não há possibilidade de avaliar a coerência entre o objeto contratado com a sua suposta execução, não existindo elementos suficientes para identificar o local de perfuração do poço tubular e tampouco o bairro a ser atendido, impossibilitando aferir se o poço apresentado durante a vistoria *in loco* é aquele que foi contratado ou se o mesmo já existia, ressaltando ainda, que apenas foi apresentada uma única imagem de supostamente seria o quadro de comando do poço;

f) **R\$ 34.346,00 (trinta e quatro mil, trezentos e quarenta e seis reais)**, em decorrência da ausência de registros fotográficos, notas de empenho (com os registros dos quantitativos e a destinação dos itens adquiridos - requisição de materiais, 2ª via de ficha de controle de saída de almoxarifado, etc) e as notas fiscais, não restando comprovado os recursos aplicados na Carta-Contrato nº 020/2013 e sua devida execução;

g) **R\$ 25.185,00 (vinte e cinco mil, cento e oitenta e cinco reais)**, em decorrência da ausência de registros fotográficos, notas de empenho (com os



ACÓRDÃO Nº 41/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 41/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

registros dos quantitativos e a destinação dos itens adquiridos - requisição de materiais, 2ª via de ficha de controle de saída de almoxarifado, etc) e as notas fiscais, não restando comprovado os recursos aplicados na Carta-Contrato nº 009/2013 e sua devida execução;

h) R\$ 174.685,77 (cento e setenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos), correspondente a não comprovação da aplicação de recursos do FUNDEB, uma vez que houve transferências realizadas da Prefeitura para a própria Prefeitura, não restando evidenciada a regularização da despesa;

i) R\$ 211.376,16 (duzentos e onze mil, trezentos e setenta e seis reais e dezesseis centavos), correspondente a não comprovação da regularização dos créditos oriundos dos FUNDEB, uma vez que o responsável não conseguiu comprovar a regularização do crédito;

j) R\$ 75.500,00 (Setenta e cinco mil e quinhentos reais), em vista do completo descontrole na concessão de diárias aos servidores daquela Municipalidade, uma vez que não houve a apresentação dos documentos que comprovassem o deslocamento dos servidores;

k) R\$ 76.811,65 (setenta e seis mil, oitocentos e onze reais e sessenta e cinco centavos), referente ao valor pago a título de multa e juros de mora pelo atraso ao repassar ao INSS os encargos sociais retidos das remunerações dos servidores e agentes políticos até o dia 20 do mês seguinte a que se referem as remunerações.

9.6. Determinar desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores das condenações impostas ao Senhor Jecimar Pinheiro Matos, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02;

9.7. Determinar ao atual Prefeito responsável pela Prefeitura Municipal de Anamã , a adoção das seguintes medidas:

a) Observância das disposições contidas no artigo 31, art. 70 e art. 74 da Constituição Federal, a fim de adotar as ações que objetivem a implantação do Sistema de Controle Interno (caso ainda não tenha efetivamente implementado), em obediência aos comandos constitucionais e legais;

b) Observância das disposições contidas nos artigos 94 a 96, da Lei nº 4.320/64, realizando o controle de materiais em estoque no almoxarifado e registro sintético dos mesmos, a fim de evitar a reincidência deste tipo de situação;



ACÓRDÃO Nº 41/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 41/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

c) Observe as disposições constantes artigo 37, II e IX, da CF/88, **realizando concurso público** para a investidura de profissionais especializados que possam atuar no Setor Contábil daquela Prefeitura, a fim de observar de forma mais efetiva as disposições constantes nos artigos 29, 64, 80, 83 a 106, da Lei nº 4.320/64, devendo ainda adotar todas as medidas necessárias ao fiel cumprimento dessas normas de natureza contábil;

d) Adote todas as providências necessárias para criação de uma Procuradoria Jurídica, para fins de defesa dos interesses do órgão fiscalizado, em vista da ausência de Procuradores Municipais e advogados no quadro efetivo daquele Município, devendo, ainda, contratar, por meio de concurso público, profissionais especializados que possam atuar nas demandas jurídicas de interesse da Prefeitura de Anamã;

e) Estabeleça normas e procedimentos com vista a realizar o controle dos gastos com combustível, determinando a quantidade requisitada do combustível para abater do valor contratado, a identificação dos veículos abastecidos para aferir correspondência com atividades ligadas ao órgão legislativo e os dias dessas transações para subsidiar o planejamento com esse tipo de gasto;

f) Atualize de forma tempestiva o Portal da Transparência com a inserção de todos os dados exigidos por meio da Lei n. 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.

9.8. Determinar à próxima Comissão de Inspeção responsável pela Prefeitura Municipal de Anamã que verifique o que segue:

9.8.1 Se houve a observância das disposições contidas no artigo 31, art. 70 e art. 74 da Constituição Federal, a fim de adotarem as medidas saneadoras para a implantação do Sistema de Controle Interno, em obediência aos comandos constitucionais e legais;

9.8.2 Se houve a observância das disposições contidas nos artigos 94 a 96, da Lei nº 4.320/64, realizando o controle de materiais em estoque no almoxarifado e registro sintético dos mesmos;

9.8.3 Se houve a observância das disposições contidas nos artigos 29, 64, 80, 83 a 106, da Lei nº 4.320/64, e demais normas contábeis, verificando, no ato da futura Inspeção *in loco*, a situação do Termo de Conferência de Caixa, reportando ao Relator das Contas auditadas a constatação de divergência e/ou incompatibilidades. Caso as mesmas existam, deve-se reportar ao Relator que essas se arrastam desde o presente exercício a fim de que o mesmo possa determinar não apenas a devolução ao erário, mas também aplicar as multas devidas pelas infrações às normas e práticas reiteradas dessas irregularidades;

9.8.4 Se foram adotadas as medidas saneadoras para realizar o controle dos gastos com combustível, determinando a quantidade requisitada do combustível para abater do valor contratado, a identificação dos veículos



ACÓRDÃO Nº 41/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 41/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

abastecidos para aferir correspondência com atividades ligadas ao órgão legislativo e os dias dessas transações para subsidiar o planejamento com esse tipo de gasto.

- 9.9. Determinar** que seja Representado ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAZONAS, na forma do artigo 114, inciso III, da Lei n. 2423/96, em vista do atraso ao repassar ao INSS os encargos sociais retidos das remunerações dos servidores e agentes políticos até o dia 20 do mês seguinte a que se referem as remunerações durante a gestão do Senhor Jecimar Pinheiro Matos, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, em razão da possível prática de atos de improbidade administrativa;
- 9.10. Determinar** à Diretoria de Controle Externo da Administração dos Municípios do Interior - DICAMI, **que comunique à Conselheira-Relatora do Processo n. 10.970/2015 (Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Anamã, exercício de 2014), Dra. Yara Lins,** a divergência fartamente abordada no Item XIX da Proposta de Voto, a fim de que Vossa Excelência, caso entenda necessário, apure no bojo daquela Prestação de Contas a diferença apurada entre os Termos de Conferência de Caixa – diante dos valores apresentados no Demonstrativo Razão Analítico em 30/06/2014.
- 10- Ata:** 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 11- Data da Sessão:** 27 de Junho de 2017
- 12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Julio Cabral (Presidente, em sessão), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello.
- 12.1. Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.
- 13- Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JULIO CABRAL

Conselheiro-Presidente, em sessão

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral